

Industrialismo e opressão: Simone Weil e a crítica do marxismo

Michel SUÁREZ
michelsuarez@gmail.com

Resumo

Dentro do quadro geral da obra de Simone Weil, as reflexões sobre a persistência da opressão possuem um papel central. Identificada com a mentalidade produtivista e o progresso material impostos pela grande indústria, o cerne da opressão apenas integrou a agenda das diferentes correntes operárias; as fórmulas de mudança radical expostas pelo marxismo foram elaboradas desde o interior da mesma economia política que tinha dado o fôlego inicial à civilização da máquina e a potência máxima. A obra de Marx, tributária de um evolucionismo progressista, operou com as categorias constitutivas da economia política clássica, mas não conseguiu perfurar seu cerco. Por outro lado, a Revolução Russa não só não perseguiu a erradicação da opressão, senão que contribuiu de forma decisiva a semear o espírito de fábrica entre a massa operária. Simone Weil denunciou esta mistificação como um reforçamento do mal que se pretendia combater.

Palavras-chave: Simone Weil. Karl Marx. Marxismo. Revolução Russa. Opressão.

Abstract

The general framework of Simone Weil work, the reflections on the persistence of oppression have a leading role. Acknowledged with the productivist mindset and material progress imposed by great industry, the issue of oppression only integrated the agenda of different workers' currents; the radical change formulas exposed by Marxism were elaborated from the same political economy that had given the initial need to the civilization of the machine and the maximum power. The analysis of Marx, related a progressive evolution, required with the constitutive categories of classical political economy, but failed on pierce its enclosure. On the other hand, the Russian Revolution not only did not pursue the eradication of oppression, but it contributed decisively to show the spirit factory between the working groups. Simone Weil denounced this mystification as a reinforcement to the evil that was intended to combat.

Keywords: Simone Weil, Karl Marx, Marxism, Russian Revolution, Oppression.

Em defesa de SIMONE WEIL contra seus admiradores

Em 1951 Theodor W. Adorno escreveu “*Em defesa de Bach contra seus admiradores*”, uma diatribe na que acusava a certos adoradores do gênio alemão de se terem apegado à sua figura em busca de uma autoridade que lhes assegurasse segurança de juízo intelectual, devido à sua perda de referentes teóricos e à sua carência de autodeterminação. “Essas pessoas espetava o pensador alemão, apreciam a ordem da

música de Bach porque precisam subordinar-se a alguma ordem”.¹ Com efeito, em muitas ocasiões a aproximação da obra de um autor deriva de uma diminuição na confiança em antigas certezas políticas e filosóficas ou na necessidade de renovar fórmulas às que render culto. Nestes casos, o interesse se centra principalmente no resultado e não no processo de elaboração do raciocínio, pois o que se procura é um credo, uma causa, encerrados em um texto canônico.

Em outros casos, procede-se de uma forma menos dogmática, atraindo a barca de autores inclassificáveis, não demasiado populares e com frequência ambíguos, à enseada de escolas ou doutrinas ideológicas solidamente consolidadas. Esta prática pode obedecer a duas considerações: ou bem a obra do autor em questão é o suficientemente maleável e dúctil como para engrossar o corpo de doutrina ao que se tenta incorporar, ou bem se toma uma parte dessa obra e se tecem alguns comentários que pretendem demonstrar uma familiaridade, sempre duvidosa e problemática, com o sistema de princípios desde o que se fala. “*Quarendo Invenietis*”, buscando encontrareis, como reza uma das cantatas de Bach, é o lema destes garimpadores de espíritos irreduzíveis às escolas e aos dogmas dos quais agora se lhes declara herdeiros e continuadores. Esta alquimia ideológica que trata infrutuosamente de recuperar postumamente obras e autores com o propósito de colocá-los ao serviço de uma causa que lhes era completamente alheia não é infrequente, e a singular mulher que foi Simone Weil também não se viu a salvo dela.

Dá a impressão de que uma das guloseimas intelectuais mais apetecíveis no mercado dos captadores de temperamentos não partidários e refratários aos dogmas é a desconcertante Simone Weil. Adversaria contumaz de etiquetas e fórmulas políticas, possui, porém, algumas qualidades que a elevam a candidata ideal para ser esculpida nos frontispícios dos mais mirabolantes edifícios ideológicos. O mais inclinado a estes exercícios é, obviamente, o do catolicismo. Tomando como elemento central de sua obra um compromisso sempre hesitante com o cristianismo (lembramos que se negou até o final de sua vida a tomar o sacramento do batismo), e um misticismo difuso que transparecia uma necessidade dolorosa de transcendência (que a levou ao sacrifício supremo de encontrar voluntariamente a morte), a figura de Weil cativou a um setor do catolicismo em cujas fileiras encontrou entusiastas companheiros de rota e uma ativa plataforma de difusão de seus escritos.

¹ ADORNO, Theodor W. *Prismas. Crítica Cultural e Sociedade*. São Paulo: Ática, 1998, p. 131.

Todavia, a pesar de ter sido publicada e reeditada pela Gallimard na França, assim como por editoras de envergadura em muitos outros países, e de sua figura ter cobrado inclusive certo peso específico nas últimas décadas, a verdade é que Weil ainda está longe de ser uma autora popular ou reconhecível sem maiores preâmbulos. Seu humanismo radical, sua bondade, seu desprendimento pessoal, sua crítica dos totalitarismos são perfeitamente assumíveis por quase qualquer facção política; mas quem aceitam estes traços que apenas comprometem o jogo político contemporâneo devem aceitar também um pensamento de uma heterodoxia que vai além do convencional e omitir sua constrangedora exigência de abolir dos partidos, a grande mídia e o Estado, assim como a necessidade de dismantelar a grande indústria, decisões sem as quais as fontes da opressão permaneceriam inalteradas. Assim, só deturpando seletivamente a obra da pensadora francesa é possível marginalizar estes elementos centrais no conjunto da sua obra, uma obra, por outro lado, tão meridianamente transparente que não se presta a exegeses.

Simone Weil recebeu propostas de adoção procedentes inclusive de um sector do marxismo elástico, o que demonstra, mais uma vez, que Raymond Aron estava certo quando falava de um Marx eterno e inesgotável em sua capacidade para se reinventar, ou melhor, de ser reinventado. Se levarmos em conta as cotas de refinamento exegético atingido pelos herdeiros do filósofo de Tréveris, era quase de se esperar que o marxismo mais sofisticado iniciasse tentativas de imantação de um corpo estranho no pensamento ocidental como Weil. E não deveríamos nos surpreender, já que num constantemente renovado jogo de máscaras tivemos a oportunidade de contemplar um Marx ataviado com as roupagens da ecologia, do anti estatismo, e até do filo anarquismo. Porém, a fantasia que Marx jamais poderá adotar, apesar das tentações dos intérpretes mais ousados, é a de anti-industrialismo. Esta operação de travestismo baseada numas frases fragmentárias por aqui, uma mostra de preocupação ecológica por acolá, unidas a uma sincera comisseração moral pelas vítimas da máquina, colidirão sempre com os limites últimos de Marx: os ressaibos hegelianos e sua indisfarçável tendência ao sistema, à totalização teórica, exprimida de forma admirável em “*O Capital*”, um sistema, lembremos, que se erigia sobre a base do desenvolvimento produtivo.

Para além das discussões bizantinas que a obra do pensador alemão possam suscitar, das inacabáveis controvérsias sobre o sentido último de sua obra, não se vê como um espírito da natureza de Simone Weil poderia ter se sentido atraído por uma obra que considerava a grande indústria como um passo necessário para a emancipação da classe operária. Weil nunca permaneceu dúbia com as teses de Marx nem contemporizou com a

obra de seus epígonos; confirmando a sentença de Jünger de que as melhores penas nunca serão vistas ao serviço de uma má causa, repudiou todo *argumentum a auctoritate* que seus acólitos atribuíam aos escritos do mestre, e criticou com sutileza e contundência ao mesmo tempo o difuso pano de fundo idealista e utópico sobre o que se levantava a monumental construção teórica de Marx.

Quando em 1933 a família Weil hospedou Trotsky no seu domicílio parisiense, parece que as discussões entre Simone e o “Profeta armado” atingiram um entusiasmo constrangedor para os presentes; mas, que outra coisa poderia se esperar senão uma violenta colisão entre uma humanista sensível e tremendamente dotada para a empatia com os oprimidos e um mandarim revolucionário que sentenciava com uma frieza arrepiante que “na URSS vemos um material humano atrasado”?² Acaso cabia algum entendimento entre quem considerava a cruzada contra a natureza desatada por Descartes como a sublimação do capitalismo e a loucura fundamental do homem, e o teórico que sustentava que na “realidade, o *gendarme* dominará o homem, em tanto que este não tenha dominado suficientemente à Natureza”?³

Será conveniente lembrar que sua heterodoxia não se circunscrevia ao marxismo, mas ao conjunto do movimento operário. Esta heterodoxia de Weil se agrava quando levamos em conta que, após o fiasco pessoal que supôs sua participação na “*Coluna Durruti*” durante a Revolução Espanhola em 1936, enviou uma sentida carta ao muito monárquico e contumaz católico que foi Georges Bernanos (um crítico excepcional da civilização da máquina, por outra parte) na que lhe confessava que sua busca da verdade e da justiça demonstrada durante o conflito espanhol, quando o francês abandonou o setor “nacional” onde se encontrava durante o golpe militar, e escreveu uma célebre denúncia dos horrores cometidos pelos sublevados em nome da religião e da pátria, faziam dele uma figura mais próxima que os proletários junto aos que tinha lutado e que seguia amando por cima de todo.

Como veremos a continuação, Weil, apesar de mostrar uma respeitosa admiração pela formidável capacidade teórica de Marx, jamais deixou de considerar sua obra como uma fórmula redentora, uma teleologia que operava no seio da economia política, sem conseguir jamais quebrar seus limites. Esta sorte de fatalismo histórico que desembocava num providencialismo proletário não podia comover a quem pensava que os trabalhadores não tinham absolutamente nenhum privilégio em virtude de sua posição no sistema

² TROTSKY, Leon. *La Revolución Traicionada*. Barcelona: Fontamara, 1977, p. 97.

³ *Opus cit.*, p. 71.

produtivo; essas ilusões que lhes prodigam os teóricos, afirmava, “numa linguagem que mistura deploravelmente os tópicos da religião com os da ciência, são funestos. Pois lhes fazem acreditar que as coisas vão ser fáceis, que são empurrados por trás por um deus moderno que se chama Progresso, que uma providência moderna que se chama História, faz por eles o último esforço”.⁴

Este tipo de linguagem, clara e direta, não se presta facilmente a interpretações rebuscadas; porém, alguns teóricos pensaram ter encontrado uma explicação plausível para a ríspida desconfiança de Weil. Assim, o introdutor de “*Écrits Historiques et Politiques*” em espanhol, Francisco Fernández Buey, consternado pela atitude crítica de Weil sobre o marxismo, revelava a causa dessa lamentável deficiência em sua obra:

“Não chegou a conhecer, em câmbio, alguns dos escritos notáveis de Marx, como os manuscritos redigidos em Paris em 1844, os *Grundrisse*, sua correspondência sobre a comuna rural russa ou as notas dos últimos anos de sua vida sobre questões etnológicas; coisas que, com certeza, lhe teriam interessado, e inclusive algumas delas surpreendido. Se Weil tivesse chegado a conhecer os manuscritos marxistas de 1844 muito provavelmente teria se sentido atraída pelo que ali se dizia sobre o trabalho alienado; e de ter chegado a conhecer o que Marx escreveu na sua correspondência com os russos, durante os últimos anos de sua vida, provavelmente também ela teria corrigido algumas de suas afirmações mais drásticas sobre a questão do método marxista”.⁵

Mas, teria realmente Simone Weil se extasiado do mesmo modo que Lukács quando Riazanov lhe mostrou a obra perdida do mestre que dava acesso aos ignotos segredos da sua obra? Acaso ignora um bom estudioso de Marx como Buey, que a deriva evolucionista e o culto do progresso são mais claramente perceptíveis antes de 1847, ou seja, na época em que escreve os *Grundrisse*? Não desautoriza Fernández Buey ao próprio Marx, desmerecendo o resto de sua copiosa obra? Se as cartas que escreve aos russos são o único depósito de autenticidade de seu pensamento, esse mesmo Marx da maturidade que escreve *O Capital* era um espírito incapaz, enganado, mergulhado em algum tipo de inconsciência, de irresponsabilidade?

Em outra parte, *Ideologia e Contra-ideologia*,⁶ Alfredo Bosi afirma que Weil teria se sentido identificada com algumas passagens da obra de Engels, “*A Origem da Família*

⁴ WEIL, Simone. Sur les Contradictions du Marxisme, In: *Oppression et Liberte*. Paris: Gallimard, 1955, pp. 203-204.

⁵ FERNÁNDEZ BUEY, Francisco. Prólogo, IN: WEIL, Simone. *Escritos Históricos y Políticos*. Madrid: Trotta, 2007, p. 22.

⁶ BOSI, Alfredo. *Ideologia e Contra ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, ver o capítulo: “*A inteligência liberadora e suas formas*”, pp. 157-181.

da *Propriedade Privada e do Estado*”,⁷ na qual fala sobre o fundamento do processo civilizatório; porém, esta sinédoque da a entender que a coincidência em algum aspecto pontual pode anula de raiz o fato de que Weil e Engels se encontravam a uma galáxia de distância. Que subscreva alguma passagem ou concorde com alguma afirmação, não suprime absolutamente a discrepância de fundo, e mais numa obra tão duvidosa, no melhor dos casos, do ponto de vista antropológico, como a citada.

Bossi sugere outros paralelos inanes entre Weil e Gramsci e, após apontar algumas diferenças, elementares e justas, elucubra sem demasiado fundamento sobre pontos de intersecção em seus respectivos pensamentos, especialmente no que diz respeito à necessidade de instrução para os trabalhadores. Bossi chama em apoio de sua tese o fato de que Gramsci, nos círculos de estudo que promoveu, instigava a leitura de Marco Aurélio, um dos autores mais queridos por Weil, e resgata a superficial sentença gramsciana de que “todo homem é um intelectual”. Isso é tudo. Apesar do enorme mérito pessoal de Gramsci, e da admirável agudeza com a que analisou os novos métodos de racionalização do trabalho, não podemos esquecer que, mesmo condenando-os como desumanos e humilhantes, sua adscrição ao marxismo acabou pesando mais, e cedeu às tentações produtivistas. O fordismo era o moderno chicote do capitalismo e a escravidão fabril um sinal de barbárie, mas as leis da historia não sabem de atalhos. Esse costuma ser o resultado de ser tributário de um sistema, uma doutrina ou uma escola.

O certo é que, para Weil, nem marxistas, nem o resto de famílias do movimento operário, salvo exceções, tinham compreendido a essência da opressão social, isto é, a procura incessante da potencia máxima e um produtivismo impenitente; em consequência, uma transformação como a que eles desejavam, mesmo sendo diferentes, estava condenada a repetir o dado e a preservar o aparato de opressão que continuaria a triturar homens e mulheres.

Aproximemos com mais detalhe a obra de Weil dos escritos de Marx e examinemos igualmente as críticas que esta endereçou à prática revolucionária soviética, para verificarmos até que ponto a pensadora francesa permaneceu imune às recuperações teóricas.

Marx no labirinto produtivista

⁷ Opus cit., p. 160.

Resulta difícil rebater que a esmagadora maioria das correntes revolucionárias do movimento operário internacional, salvo alguns anarquistas, foi tributária da ideologia Progresso e partidária incondicional do industrialismo. Para muitas destas correntes, as minuciosas análises econômicas efetuadas por Marx pertenciam à categoria do inatacável: *O Capital* era feito da mesma matéria que as provas, e, com independência das diferentes propostas políticas postas em circulação para atingir o fim último, quer dizer, a emancipação dos trabalhadores, o que parecia evidente era que Marx e Engels tinham radiografado corretamente o funcionamento oculto da engrenagem capitalista. Poucos ousaram murmurar que essas teses possuíam um ponto cego que comprometia o edifício teórico desde os cimentos.

Simone Weil teve que encarar Marx numa encruzilhada inevitável: sabia bem que a pretensão de confeccionar uma crítica radical da questão social prescindindo da caudalosa obra de Marx equivalia a trucar o jogo. E Weil encarou a tarefa de maneira fragmentária, mas sem preâmbulos nem contemplações.

Marx não era um espírito simples nem uma natureza comum: era um teórico vigoroso e preocupado, mas essa não era condição suficiente nem necessária para impedir que seu legado circulasse de geração em geração como artigo de fé. “Vivemos sobre a doutrina elaborada, sem dúvida, por um grande homem, mas um grande homem morto cinquenta anos atrás. Criou um método e o aplicou aos fenômenos de seu tempo, mas não podia aplicá-los aos fenômenos do nosso”;⁸ e em todo caso, o fato de ter criado em vida um método não significava forçosamente que possuísse verossimilhança sequer na sua própria época: ele “contém mais contradições do que palavras”, sentenciava Weil. E mais grave ainda, as ambiguidades de sua obra autorizavam uma leitura canônica e doutrinária: “A doutrina, não obstante, é flexível, sujeita a tantas interpretações e modificações como se quiser, mas nunca é bom ter atrás de si uma doutrina, sobre tudo quando ela inclui o dogma do progresso, a confiança inquebrantável na história e nas massas. Marx não é um bom autor para formar o juízo; Maquiavel vale infinitamente mais”.⁹ Fausto já avisara, numa passagem cara a Engels, que “com palavras pode-se discutir maravilhosamente, mas com palavras é impossível erigir um sistema”.¹⁰

⁸ WEIL, S. Reflexiones referentes a la Tecnocracia, el Nacionalismo, la URSS y otros puntos, IN: *Escritos Históricos y Políticos*. Madrid: Trotta, 2007, p. 70.

⁹ WEIL, S. Meditaciones sobre un cadáver, IN: *La Condición Obrera*. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2010, p. 211.

¹⁰ GOETHE, J. W. *Fausto*, I.

A ilusão suprema que Weil detectou em Marx era a afirmação de que existia algo como uma teoria materialista, e científica, da História.

“Aqueles que pretendem apoiar em argumentos, e até argumentos científicos, sua crença numa revolução apela para Marx. O socialismo dito científico criado por Marx passou à condição de dogma, como, aliás, todos os resultados estabelecidos pela ciência moderna, e se aceitam de uma vez por todas as conclusões sem jamais se perguntar sobre os métodos e as demonstrações. Preferimos acreditar que Marx demonstrou a constituição futura e próxima de uma sociedade socialista, antes de procurar em suas obras se podemos encontrar mesmo a menor tentativa de demonstração”.¹¹

Não há, portanto, uma explicação científica da sociedade, nem poderia havê-la. “Uma sociedade é uma organização complicada na que todo tipo de elementos se encontram coordenados de uma maneira harmoniosa. Pode-se dar conta de uma coordenação semelhante por causas materiais? Uma casa não se explica unicamente pela gravidade: há que levar em conta os planos do arquiteto”.¹² E o argumento das causas primeiras e diretrizes tornava-se, da mesma forma, reversível. “Não se deve supor igualmente que tudo o que está organizado surgiu de um pensamento diretor? Essa pergunta não se coloca somente para as sociedades, mas também para a estrutura dos seres vivos [...] São, pois, as necessidades materiais, não os pensamentos dos indivíduos, as que determinam a estrutura da sociedade; e é também essa estrutura a que determina os pensamentos individuais em grande parte”.¹³

Por outro lado, a afirmação de Marx de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”,¹⁴ era uma incongruência absurda. “Dado que o que é ‘social’ não pode encontrar uma existência mais do que nos espíritos humanos, ‘a existência social’ é por ela mesma já consciência, ela não pode determinar outra má consciência que ficaria por definir. Possuir uma ‘existência social’ como um fator de determinação particular, separada de nossa consciência, oculta não se sabe onde, é construir uma hipóstase; é um belo exemplo da tendência de Marx ao dualismo”.¹⁵

¹¹WEIL, S. Exame critique des idées de Révolution et de Progrès, IN: *Oppression et Liberté*. Paris: Gallimard, 1955, p. 185.

¹²WEIL, S. El Materialismo Histórico, IN: *Escritos Históricos y Políticos*. Madrid: Trotta, 2007, p. 107.

¹³*Opus cit.*, pp. 107-108.

¹⁴MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 5.

¹⁵WEIL, S. Le Marxisme, In: *OEuvres*. Paris: Gallimard, 1999, p. 353.

Em consequência, “se quisermos considerar esta enigmática ‘existência’ como um elemento das relações entre os homens, e que depende de certas instituições, como o dinheiro, veremos claramente que este elemento não é um resultado de atos de consciência realizado pelos indivíduos, e que, portanto, dependem da consciência em lugar de determiná-la”.¹⁶ E ademais, se Marx, “contrariamente a todos os pensadores que lhe precederam, julgou necessário colocar à margem uma forma particular de existência, que denomina social, é porque ele a opõe ao resto da existência, a saber, a natureza”.¹⁷

Terreno comum a marxistas e à grande parte do movimento libertário, a necessidade de incrementar a potência mecânica através do desenvolvimento das forças produtivas, constituía para Weil um princípio injustificado e arbitrário. Numa crítica a Trotsky e os bolcheviques por terem postergado a implantação de estruturas políticas horizontais invocando à peremptoriedade da industrialização, Weil sublinhava o caráter metafísico e doutrinário do conceito fundamental das forças produtivas. Os marxistas, comenta Weil, “encontraram-se impotentes para realizar a democracia operária prevista por Marx; mas não se inquietam por tão pouca coisa, convencidos como estão de que, por uma parte, toda tentativa de ação que não consista em desenvolver as forças produtivas está de antemão fadada ao fracasso, e, por outra, de que o progresso das forças produtivas faz avançar à humanidade pela via da libertação, inclusive ao preço de uma opressão provisória”.¹⁸

A superstição procedia do próprio Marx, quem tinha alertado sobre o fato de que “um grande aumento da força produtiva, um grau elevado do seu desenvolvimento [...] é também uma premissa prática absolutamente necessária porque sem ele só a *penúria* se generaliza, e, portanto, com a miséria também teria e recomeçar a luta pelo necessário e de se produzir de novo toda a velha porcaria”.¹⁹ A constatação da opressão capitalista gerou em Marx um nobre sentimento de comiseração para com as vítimas: mas essa comprovação “de que o regime capitalista esmaga a milhões de homens só permite condená-lo moralmente; o que constitui a condena histórica do regime é o fato de que, depois de ter feito possível o progresso, agora o obstaculiza. A tarefa das revoluções

¹⁶ *Opus cit.*, p. 353.

¹⁷ *Opus cit.*

¹⁸ WEIL, S. Réflexions sur les Causes de al Liberté et de l’Oppression Sociale, IN: *Oppression et Liberte*. Paris: Gallimard, 1955, p. 64.

¹⁹ MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Vol. I. Mocovo/Lisboa: Progresso/“Avante”, 1982, p. 27.

consiste essencialmente na emancipação não dos homens, mas das forças produtivas”.²⁰ Em todo caso, como apontou Jonas em seu *O Princípio Responsabilidade*, a moral num contexto determinista fica anulada, posto que as opções não são livres. Chama a atenção, reflete Weil em outra parte, o caráter mitológico do desenvolvimento das forças produtivas,

“que apresenta em toda a literatura socialista, na que se admite o postulado. Marx não explica nunca por que as forças de produção tenderiam a desenvolver-se [...] e mais, por que quando as instituições sociais se opõem ao desenvolvimento das forças de produção, a vitória

²⁰ WEIL, Simone. *Réflexions sur les Causes de al Liberté et de l’Oppression Sociale*, IN: *Oppression et Liberte*. Paris: Gallimard, 1955, p. 63. Esta interpretação tem sido contestada por alguns marxistas que justapõem uma leitura mais elástica. Löwy aceita a teleologia das forças produtivas, mas faz notar uma tensão dialética na obra de Marx. Assim, caberiam duas linhas de interpretação: “A primeira é uma dialética hegeliana, teleológica e fechada, tendencialmente eurocêntrica. A meta final, necessária e inevitável, legítima os ‘acidentes históricos’ como momentos do progresso em tanto que espiral ascendente [...] este tipo de razoamento teleológico eurocêntrico [...] serviu sem dúvida de base para uma doutrina dita ‘marxista ortodoxa’ da II Internacional, com sua concepção determinista do socialismo como resultado inevitável do desenvolvimento das focas produtivas [...] foi utilizada pelo produtivismo stalinista, que fez do ‘desenvolvimento das forças produtivas’ [...] o critério de ‘construção do comunismo’ [...] existe em Marx outra ‘dialética do progresso’, crítica, não teleológica e fundamentalmente aberta. Trata-se de pensar simultaneamente a história como progresso e como catástrofe, sem privilegiar um dos aspectos, já que o conteúdo do processo histórico não está determinado”. (LÖWY, Michael. *La Dialectique marxiste du progrès et l’enjeu actuel des mouvements sociaux*, IN: CONGRÉS MARX INTERNATIONAL. *Cent ans de marxisme. Bilan critique et prospectives*. Paris: PUF, 1996, pp. 197-199). Este tipo de sofisticação está condenado à esterilidade e a alimentar os debates bizantinos. O progresso como catástrofe é uma ideia que o autor retira de Benjamin, quem aderiu de forma tênue e libérrima ao marxismo, fruto, como confessava seu amigo Gershom Scholem, de suas escassas leituras de Marx; aliás, como o resto da Escola de Frankfurt, exceção feita de Marcuse. Em Marx há um sentido de catástrofe no progresso de natureza estritamente moral: sua honradez e proibidade lhe induzem a condenar os estragos do capitalismo, e sobre isto escreveu páginas de uma vigor e um nervo insuperáveis. Ora, apesar de algumas brechas e de passagens menos doutrinários, encaixar uma crítica global do mundo no eixo hegeliano não podia dar como resultado mais do que a ilusão de uma razão teórica totalizadora. Daí a metafísica da produção em Marx, e a necessidade de introduzir elementos mecânicos em sua obra. Além disso, o argumento da desfiguração de Marx por doutrinários que se apropriaram de maneira ilegítima de sua obra vale menos que nada. Quantos pensadores autoproclamados marxistas disseram alto e claro que a humanidade devia baixar do trem do progresso, quantos argumentaram sobre a necessidade de deter a louca corrida do desenvolvimento das forças produtivas? Sem pretender atribuir a Marx os crimes cometidos em seu nome, acaso Stalin e todos os membros da II Internacional não se baseavam em seus textos para justificar seus estragos? A leitura do desenvolvimento, fica invalidada por essa outra mais dialética? Então, qual é o sentido de se postular ‘marxista’, se permanece como um corpo de teoria ambíguo e incoerente? Hannah Arendt resumiu com precisão os abismos que seduziam a Marx: “O perigo está na transformação de significados em fins, que é o que acontece na filosofia de Marx quando toma o hegeliano significado da história inteira - o desenvolvimento progressivo e realização da ideia de Liberdade – como um fim da ação humana; portanto, e de acordo com a tradição, o concebe com o um produto final de um processo de manufatura [...] Em outras palavras, no momento em que um sentido é concebido e perseguido como um fim, inevitavelmente todos os fins se degradam e transformam em meios [...] O problema radica em que a natureza da rede categorial de fins e meios transforma imediatamente cada fim conseguido no meio para um novo fim”. (ARENDDT, Hannah. *De la historia a la acción*. Buenos Aires: Paidós, 2008, pp. 61-63). E, em definitivo, pretender que a dialética resolva todos os absurdos de uma doutrina que aspira à explicação mediante opostos que buscam uma superação, não resulta uma claudicação do pensamento livre? “Através desses métodos fantasiosos (se eliminou) a distinção e se realizou o truque hegeliano em que um conceito, em si mesmo, começa a se desenvolver através de sua própria negação. Não, não se da assim. O bem não se desenvolve no mal, e o mal não se desenvolve no bem. Nisto sou implacável”. (*Opus cit.*, p. 160). Simone Weil também o foi.

haveria de corresponder de antemão a estas antes do que aquelas? [...]. Admite, pois, implicitamente que as forças de produção possuem uma virtude secreta que lhes permite superar os obstáculos. Em fim, por que propõe sem demonstração, e como verdade evidente, que as forças de produção são susceptíveis de um desenvolvimento ilimitado? Esta doutrina, na que repousa por completa a concepção marxista da revolução, está absolutamente desprovida de caráter científico”.²¹

De igual maneira, restava por determinar, no corpus teórico de Marx e os marxismos, quais seriam os limites do desenvolvimento das forças produtivas, a partir de que critério, imposto por quem, e, ainda mais importante, como se produziria a transição de um regime vertical e ferrenhamente autoritário a outro em que a abundância propiciaria uma democracia verdadeira. Deveríamos confiar, além disso, em que o Estado, longe de ser abolido, languidescesse até extinguir-se? Sobre a primeira questão, Weil declara:

“É importante determinar sumariamente quais podem ser estes limites; para tal devemos lembrar que, mesmo que a opressão fosse uma necessidade não tem nada de providencial: se a opressão pode acabar não será porque tenha chegado a ser prejudicial para a produção; a ‘rebelião das forças produtivas de produção’, tão ingenuamente invocada por Trotsky como fator da História, é uma pura ficção. Seria nos enganarmos, inclusive, supor que a opressão deixará de ser inevitável quando as forças de produção estejam desenvolvidas o bastante como para poder assegurar a todos bem-estar e lazer [...] A elevação do rendimento do esforço humano seguirá sendo incapaz de aliviar o peso deste esforço enquanto a estrutura social implique a inversão da relação entre os meios e os fins, noutras palavras, enquanto os procedimentos de trabalho e de combate proporcionem a alguns um poder arbitrário sobre as massas”.²²

E não devemos esquecer que um sistema técnico altamente desenvolvido, exige “certo número mínimo de tipos de máquinas, pessoas treinadas, matérias primas elementares, técnicas, organizações sociais requeridas para produzir bens de consumo”, esse modelo de organização social constituirá “um todo” indivisível que influirá nos costumes, as maneiras de pensar, e as representações dos indivíduos.²³

E no referente à supressão do Estado, para Weil são as ilusões as que continuam prevalecendo.

²¹ WEIL, S. *Réflexions sur les Causes de al Liberté et de l’Oppression Sociale*, In: *Oppression et Liberte*. Paris: Gallimard, 1955, pp. 64-65.

²² WEIL, S, *opus cit.*, pp. 96-97

²³ COTTRELL, Fred. *Energy and Society*. MacGrawhill, 1955, p. 200.

“Na verdade, Marx supunha precisamente, aliás sem prová-lo, que toda espécie de luta pelo poder desaparecerá no dia em que o socialismo estiver estabelecido em todos os países industriais; a única desgraça é que, como o próprio Marx tinha reconhecido, a revolução não pode ser feita por toda parte ao mesmo tempo; e quando ocorre num país, ela não suprime a opressão nesse país, mas, ao contrário, acentua a necessidade de explorar e oprimir às massas trabalhadoras, a fim de não ser mais fraco que as outras nações. É disso que a Revolução Russa constitui uma ilustração dolorosa [...] Se considerarmos outros aspectos da opressão capitalista, aparecem outras dificuldades ainda mais temíveis, ou, melhor dito, a mesma dificuldade, iluminada por uma luz mais crua. A força que possui a burguesia para explorar e oprimir os operários reside nos próprios fundamentos de nossa vida social, e não pode ser anulada por nenhuma transformação jurídica ou política. Esta força, é, primeiro e essencialmente, o próprio regime de produção moderna, a saber, a grande indústria”.²⁴

Neste sentido, restava ainda uma questão importante: uma orientação social acentuadamente industrialista tendia a asfixiar as relações entre o campo e as cidades em favor destas. “Um sindicalismo operário poderoso e orientado unicamente à defesa dos interesses materiais desembocaria, se não for contra restado por uma organização camponesa, numa sangria total dos povoados, condenados a pagar com substância e com sua vida o luxo, os armamentos, todos os gastos suntuosos as burguesia”.²⁵

Analogamente, Weil percebeu em Marx algumas insuficiências chamativas, em particular, no que diz respeito a uma crítica minuciosa da burocracia. Em agosto de 1933, publica em *La Révolution Proletarienne* um artigo em que denuncia esta ausência, avançando que o mundo contemporâneo tinha iniciado uma viagem fatal rumo à burocratização totalitária.

“A rapidez com que a burocracia invadiu quase todos os ramos da atividade humana é uma coisa espantosa. A fábrica racionalizada, onde o

²⁴*Opus cit.*, pp. 60-61. Teria Pierre Clastres lido Simone Weil antes de elaborar suas críticas à concepção capitalista do Estado? “É uma concepção instrumental do Estado, ou seja, o Estado é o instrumento da dominação da classe dominante sobre as outras; tanto na lógica quanto na cronologia, o Estado vem depois, tão logo a sociedade é dividida em classes e há ricos e pobres, exploradores e explorados; o Estado é o instrumento dos ricos para melhor explorar e mistificar os pobres e os explorados. A partir de pesquisas e de reflexões que não abandonam o terreno da sociedade primitiva, da sociedade sem Estado, parece-me que é o contrário que acontece; não é a divisão em grupos sociais opostos, não é a divisão em ricos e pobres, exploradores e explorados, a primeira divisão, aquela que funda afinal todas as outras; é a divisão entre os que comandam e os que obedecem. Ou seja, o Estado. Porque fundamentalmente é assim, é a divisão da sociedade entre os que têm o poder e os que se submetem ao poder”. (CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: COSACNAIFY, 2008, p. 237.).

²⁵WEIL, S. *La Condición Obrera*. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2010, p. 225.

homem se encontra privado, em proveito de um mecanismo inerte, de tudo o que é iniciativa, inteligência, saber, método, é como uma imagem da sociedade atual. Pois a máquina burocrática, apesar de ser formada de carne, e de carne bem alimentada, nem por isso deixa de ser tão irresponsável e tão inconsciente quanto as máquinas de ferro e aço. Toda a evolução da sociedade atual tende a desenvolver as diversas formas de opressão burocrática e dar-lhes uma espécie de autonomia com relação ao capitalismo propriamente dito”.²⁶

Weber afirmara que “A ação racionalmente socializada de uma estrutura de dominação encontra na ‘burocracia’ seu tipo específico”,²⁷ e a burocracia, entanto que fator político de primeira ordem, devia ser definida de uma forma mais precisa; essa era tarefa urgente para a crítica social, que encontrava no atribulado K. , emaranhado na pegajosa teia da burocracia do *Castelo* kafkiano, um elemento de análise muito mais orientador que os escritos de Marx.

“Na verdade, Marx havia compreendido bem a força da opressão que constitui a burocracia. Ele tinha percebido perfeitamente que o verdadeiro obstáculo às reformas emancipadoras não é o sistema de trocas e da propriedade, mas a ‘máquina burocrática e militar’ do Estado. Ele compreendeu bem que o vício mais vergonhoso que o socialismo tem que apagar não é o assalariado, mas ‘a degradante divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual’, ou, segundo outra fórmula, ‘a separação entre as forças espirituais do trabalho e o trabalho manual’”.²⁸

Mas, sendo ciente da problemática burocrática, a questão residia em que Marx não chegou a se perguntar “se não se tratava de uma ordem de problemas independente dos problemas colocados pelo jogo da economia capitalista propriamente dita”, se não constituiria uma opressão que transbordava suas fronteiras.

“Embora ele tenha assistido à separação da propriedade e da função na empresa capitalista, ele não se questionou se a função administrativa, na medida em que é permanente, não poderia, independentemente de qualquer monopólio da propriedade, fazer nascer uma nova classe opressiva. E, no entanto, se percebemos bem como uma revolução pode ‘expropriar expropriadores’, não vemos como um modelo de produção fundado na subordinação daqueles que executam à aqueles que

²⁶WEIL, S. Perspectives. Allons-Nous vers la Révolution Proletarienne, IN: *OEuvres*. Paris: Gallimard, 1999, p. 263.

²⁷WEBER, Max. *Economía y Sociedad*, IX, 2.

²⁸WEIL, S. Perspectives. Allons-Nous vers la Révolution Proletarienne, IN: *OEuvres*. Paris: Gallimard, 1999, p. 263.

coordenam poderia não produzir automaticamente uma estrutura social definida pela ditadura de uma casta burocrática”.²⁹

O destino histórico do proletariado e seu papel como agente da pulverização da sociedade de classes foi outra das mistificações mais severamente condenadas por Weil (e pela própria História, salvo, obviamente, para integralistas e ortodoxos).

“A fórmula de Marx segundo a qual o regime geraria seus próprios coveiros recebe todos os dias desmentidos cruéis; e perguntamo-nos, aliás, como Marx pôde acreditar algum dia que a escravidão pode formar homens livres. Jamais na História um regime de escravidão caiu sob os golpes dos escravos. A verdade é que, conforme uma célebre fórmula, a escravidão avilta o homem até fazer-se amar por ele; que a liberdade não é preciosa senão aos olhos daqueles que a possuem efetivamente; e que um regime inteiramente humano, como é o nosso, longe de forjar seres capazes de edificar uma sociedade humana, modela à sua imagem todos aqueles que lhe estão submetidos, tanto oprimidos quanto opressores. Por toda parte, em graus diferentes, a impossibilidade de estabelecer uma relação entre o que se dá e o que se recebe matou o sentido do trabalho bem feito, o sentimento de responsabilidade, suscitou a passividade, o abandono, o hábito de esperar tudo de fora, a crença nos milagres”.³⁰

Nada, absolutamente nada, no percurso histórico, convidava a pensar que a classe operária estava irremediavelmente condenada a desfilar vitoriosa pelas estreitas portas do paraíso; nenhuma prova permitia afirmar que “os operários que têm uma missão, uma ‘tarefa histórica’, como asseverava Marx, e que lhes corresponde salvar o universo”. Muito menos que o proletariado tivesse “um instinto” que lhe faz acreditar que “a liberdade política lhe é necessária”, como afirmaria posteriormente Lênin.³¹

Afirmar isso constituía um ato de fé, posto que “não há nenhuma razão para supor semelhante missão, não mais que aos escravos da Antiguidade ou aos servos da Idade Média. Como os escravos, como os servos, são infelizes, injustamente infelizes; é bom que se defendam, seria belo que se libertassem, não se pode dizer mais nada”. Mais ainda: esse tipo de esperança que se infundia no proletariado exercia um efeito pernicioso, nutrindo esperanças que amorteciam a amargura das derrotas temporais. “Essas ilusões que lhes prodigam, numa linguagem que mistura deploravelmente os

²⁹ *Opus cit.*

³⁰ *Opus cit.*, p. 153.

³¹ LENIN. De la Revolución democrática a la Dictadura del Proletariado: La Alianza con el Campesinado, IN: CHÂTELET, François; PISIER-KOUCHNER, E.; VINCENT, J. M. *Los Marxistas y la Política. La Metamorfosis de la Revolución*. Vol. I. Madrid: Taurus, 1977, p. 129.

tópicos da religião com os da ciência, são funestos. Pois lhes fazem acreditar que as coisas vão ser fáceis, que são empurrados por trás por um deus moderno que se chama Progresso, que uma providência moderna que se chama História, faz por eles o último esforço”.³²

Houve inclusive nas fileiras do marxismo quem, como Plejánov, se aventurou a proclamar chegado o momento do jubileu operário, o ponto de corte definitivo na História: “quando será o momento em que o proletariado assumirá o poder? Não o sabemos. O que sabemos por enquanto, é que as forças produtivas que já estão à disposição da humanidade civilizada reclamam imperiosamente a *socialização dos meios de produção e uma organização unitária da produção*”.³³ Se o momento exato era incerto, o Progresso já tinha autorizado a mudança de roles no grande teatro da História. Disso não cabia dúvida: “a revolução operada por Marx na ciência social pode ser comparada à de Copérnico em astronomia”.³⁴ Não era, pois, uma profecia sem fundamento: era o universo se mobilizando para realizar o pré-estabelecido, uma manifestação da justiça para com os oprimidos.

A obediência acrítica a este tipo de ficção por parte dos trabalhadores era compreensível à luz da existência física e espiritualmente miserável que padeciam. Sucumbir ao *quod volumus, facile credimus*, acreditar facilmente no que desejamos, não parecia reprovável quando se observavam de perto essas existências. “A humilhação degradante que acompanha a cada um de seus esforços busca uma compensação numa espécie de imperialismo proletário fomentado pelas propagandas saídas do marxismo; se um homem que fabrica porcas sentisse, fabricando porcas, um orgulho legítimo e limitado, não provocaria artificialmente em si mesmo um orgulho ilimitado, exagerado e desorbitado pelo pensamento de que sua classe está destinada a fazer a História e a dominá-lo tudo”.³⁵

Como todas as profecias, o advento do socialismo respondia a uma fantasia etérea permanentemente renovável. “Certamente pode-se sempre acreditar que socialismo virá depois de amanhã, e fazer dessa crença um dever ou uma virtude; enquanto entendermos cada dia como depois de amanhã, o depois de depois de amanhã do dia de hoje, teremos certeza de jamais sermos desmentidos; mas tal estado de espírito

³² WEIL, S. Sur les Contradictions du Marxisme, IN: *Oppression et Liberte*. Paris: Gallimard, 1955, pp. 203-204.

³³ PLEKHANOFF, Georges. *Anarchism et Socialisme*. Paris: Galeries de l’Odéon, 1896-1897, p. 9.

³⁴ *Opus cit.*, p. 8.

³⁵ WEIL, S. Expérience de la Vie d’Usine, IN: *La Condition Ouvrière*. Paris: Gallimard: 1951, p. 259.

se distingue mal daquele da braba gente que acredita, por exemplo, no Julgamento final”.³⁶ Não tinham Marx e Engels afirmado no *Manifesto* que os utópicos que lhes precederam, não encontrando “as condições materiais para a libertação do proletariado”, criaram “uma ciência social, leis sociais, para criarem tais condições”? Se, com efeito, esses pensadores tinham criado “condições fantásticas de libertação” que ocupariam o lugar das históricas, e sonharam com “a realização, a título de experiências, das suas utopias sociais”,³⁷ que outra coisa era senão uma quimera indemonstrável a afirmação de Engels de que “quando todo o capital, toda a produção e toda a troca estiverem concentrados nas mãos da nação, a propriedade privada desaparecerá por si própria, o dinheiro tornar-se-á supérfluo e a produção aumentará tanto e os homens transformar-se-ão tanto, que poderão igualmente tombar as últimas formas de intercambio da antiga sociedade”?³⁸ Até que ponto são responsáveis Marx e Engels de que seus corifeus mais renomados tenham escrito coisas como que Morelly, Fourier, Saint-Simon, Owen, são consideramos como socialistas utópicos posto que conhecemos o ponto de vista que era comum a todos eles, e podemos dar-nos perfeita conta do que “era um *ponto de vista utópico* [...] *É utópica qualquer busca de uma organização social perfeita partindo de um principio abstrato*”?³⁹ Nesse caso, quais eram as condições suficientes e necessárias que autorizavam a emergência daquele homem que “na sociedade comunista” poderia fazer “hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar na parte da tarde, cuidar do gado ao anoitecer, fazer crítica após as refeições”, sem nunca se tornar “caçador, pescador ou crítico”?⁴⁰ Não era um princípio tão abstrato quanto aqueles que denunciava com tom episcopal Plejánov? Quando Marx fala numa “etapa superior do comunismo”, como “último término da evolução social”, não descreve “uma utopia absolutamente análoga à do movimento perpétuo”?⁴¹

³⁶ WEIL, S. Perspectives. Allons-Nous vers la Révolution Proletarienne, IN: *Œuvres*. Paris: Gallimard, 1999, p. 251.

³⁷ MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Vol. I. Mocovo/Lisboa: Progresso/“Avante”, 1982, pp. 132-134.

³⁸ ENGELS, F.; Princípios Básicos do Comunismo, IN: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Vol. I. Mocovo/Lisboa: Progresso/“Avante”, 1982, p. 88.

³⁹ PLEKHANOFF, Georges. *Anarchism et Socialisme*. Paris: Galeries de l’Odéon, 1896-1897, p. 3.

⁴⁰ MARX, Karl; ENGELS, F. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 28-29. Esta passagem foi ignorada por Lênin, pelo menos num dos dois sentidos da palavra: “*Em Marx não há nem rasto de utopismo, no sentido de que invente e fantasie sobre a ‘nova’ sociedade, não; Marx estuda como um processo histórico-natural como nasce a nova sociedade da antiga, estuda as formas de transição da antiga à nova sociedade*”. (Reproduzido IN: CHÂTELET, François; PISIER-KOUCHNER, E.; VINCENT, J. M. *Los Marxistas y la Política. La Metamorfosis de la Revolución*. Vol. I. Madrid: Taurus, 1977, p. 137).

⁴¹ WEIL, S. Réflexions sur les Causes de la Liberté et de l’Oppression Sociale, IN: *Oppression et Liberte*. Paris: Gallimard, 1955, p. 78. Hannah Arendt experimentou uma sensação ambígua com respeito a Weil, uma mistura de fascínio e perplexidade perante aquela mulher estranha e resplandecente, e, de fato, algumas de suas

“Em nome desta utopia os revolucionários derramaram seu sangue; melhor dito, derramaram seu sangue em nome ou desta utopia ou da crença, igualmente utópica, em que o atual sistema de produção poderia colocar-se, por simples decreto, ao serviço de uma sociedade de homens livres e iguais. Que tem de estranho que todo esse sangue tenha sido vertido inutilmente? A história do movimento operário se ilumina assim com uma luz cruel, mas particularmente viva. É possível resumi-la em sua totalidade assinalando que a classe operária nunca deu provas de sua força como quando serviu a algo distinto da revolução operária”.⁴²

A esta componente teleológica na obra de Marx, Weil agregava um vício lógico: a petição de princípio. “Há contradição, contradição gritante, entre o método de análise de Marx e suas conclusões. Não é de se estranhar: ele elaborou as conclusões antes que o método”.⁴³ E isso resulta inevitável quando se pretende confeccionar uma razão teórica incompreensiva com um propósito crítico e radicalmente transformador. Nessa tentativa aparecem as tentações de um mecanismo autônomo e inexorável que opera por sua própria conta. A suposição de um “maravilhoso pequeno mecanismo mediante o qual a força, entrando na esfera das relações humanas, se torna produtora automática de justiça”, foi um elemento chave no “liberalismo econômico dos burgueses do século XIX”. A única restrição era que, para ter a propriedade de ser produtora automática de justiça, a força deve ter a forma do dinheiro, com exclusão de todo uso, seja das armas seja do poder político. “O marxismo não é senão a crença num mecanismo desse gênero. Aí, a força é batizada de História; tem como forma a luta de classes; a justiça é relegada a um futuro que deve ser precedido de uma espécie de catástrofe apocalíptica”.⁴⁴

Na raiz da crítica de Weil a Marx residia o fato de que este tinha sido “um socialista ricardiano” (Lochtheim), criando, em palavras de Jonas, um “marxismo baconiano”, tomando sem maiores precauções, entre outras coisas, a teoria do valor de Ricardo para aplicá-la de maneira problemática, e em definitivo falsa, à mão de obra.

reflexões parecem levar um inconfundível selo weiliano. Assim, por exemplo, quando se refere à maquinaria social: “A maquinaria se põe em funcionamento porque a necessidade é considerada algo sublime e porque seu automatismo, que só pode ser detido pela arbitrariedade, é tomado pelo símbolo da necessidade mesma. A maquinaria se mantém em movimento mediante a mentira em nome da necessidade, pelo que se considera que todo aquele que se recusa a submeter-se essa ‘ordem do mundo’, a essa maquinaria, é um criminoso que atenta contra uma espécie de ordem divina”. (ARENDDT, H. *La Tradición Oculta*. Buenos Aires: Paidós, 2004, pp. 91-92).

⁴² WEIL, Simone. *Réflexions sur les Causes de la Liberté et de l’Oppression Sociale*, IN: *Oppression et Liberte*. Paris: Gallimard, 1955, p. 78.

⁴³ WEIL, S. *Sur les Contradictions du Marxisme*, IN: *Oppression et Liberte*. Paris: Gallimard, 1955, p. 195.

⁴⁴ WEIL, S. *L’enracinement*. Paris: Gallimard, 1949, pp. 205-206.

Desta forma, não conseguiu escapar das categorias que criticou, e que constituíam a base da economia política. Marx usou acriticamente a noção de “produção” da mesma forma que os economistas clássicos a forjaram após a ruptura epistemológica com os fisiocratas, valendo-se dela para estabelecer um evolucionismo progressista que julgava a história da humanidade em função de parâmetros válidos, e de forma muito parcial, para um suspiro no desenvolvimento histórico da humanidade, o Modernidade capitalista, o que lhe conduziu diretamente a manejar uma racionalidade abstrata que operava com diferentes modos de produção, cujo ciclo acabava em função de uma inter-relação entre o incremento das forças produtivas e a luta de classes.

Mas o caminho do evolucionismo progressista não só tinha levado Marx ao pântano da racionalidade abstrata, prossegue Simone Weil; de forma análoga incorreu também no pecado do progresso moral: “Existe em Marx um segundo elemento mitológico: a confusão entre a ideia de progresso econômico e a de progresso moral”,⁴⁵ e embora chegasse efetivamente a insinuar que o progresso afetava do mesmo modo ao campo intelectual, o que é foi fonte de equívoco considerável na sua teoria, não existem motivos para subscrever tamanha leveza. Em primeiro lugar, não pode existir um progresso de ordem moral, nem intelectual. Há, certamente, um incremento do saber “dado que os fatos se acumulam à medida que se sucedem as gerações de cientistas, mas não há progresso na capacidade da mente humana, na quantidade de fatos que se deve albergar para chegar a superar amplamente os logros de uma mente”.⁴⁶ O moral permanece inalterado, é um recinto imutável do homem, e em vão se tentaria sustentar que

“a moral muda, e que atos que eram escusáveis ou admiráveis em outros tempos chegaram a ser inadmissíveis. Este tópico não pode ser sustentado. Nada permite pensar que a moral tenha mudado nunca. Todo leva a pensar que os homens de tempos mais longínquos conceberam o bem, quando o conceberam, de uma maneira tão pura e tão perfeita quanto nós, embora praticaram o mal e o celebraram quando triunfava, exatamente como nós fazemos. Em todo caso, a concepção mais antiga da virtude que chegou até nós, a elaborada por Egito, é pura e completa até o ponto de não deixar lugar ao progresso”.⁴⁷

Em base a isto,

⁴⁵ WEIL, S. *Aulas de Filosofia*. São Paulo: Papirus, 2002, p. 132.

⁴⁶ WEIL, S. *Sobre la Ciencia*. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2006, p. 124.

⁴⁷ WEIL, S. *Réflexions sur les Origines de L’Hitlérisme*, IN: *Écrits Historiques et Politiques*. Paris: Gallimard, 1960, p. 51.

“um homem não pode julgar uma ação, seja qual for a data, tomando como referencia uma conceição da virtude diferente à que serve de critério para suas próprias ações. Se eu admiro ou simplesmente desculpo hoje em dia um fato de brutalidade cometido dois mil anos atrás, falta hoje, no meu pensamento, à virtude da humanidade. O homem não é feito de compartimentos e é impossível que admire certos métodos empregados em outro tempo sem fazer nascer em si mesmo uma disposição a imitá-los quando a ocasião assim o propiciar”.⁴⁸

In summa, o pensamento de Marx constitui um dos pontos mais álgidos de uma corrente da Modernidade que, exigindo um trabalho olímpico das forças produtivas e aceitando como eventual um angustioso cortejo de amargas consequências sociais, não teve mais opção que aceitar a utopia como desembocadura natural. “O agir ocorre em função de um futuro que não será usufruído nem por seus atores, nem por suas vítimas ou contemporâneos. A obrigação para com o presente provém de lá, e não do bem-estar ou do mal-estar de seu mundo contemporâneo”.⁴⁹ A dialética marxista jogava com as cartas marcadas: “os aspectos negros da história fazem a história. Não temamos as violências, as crueldades, as purulências da historia. As sínteses corretas sucederão às penosas atitudes negativas”.⁵⁰

Crítica da revolução realmente existente

Se Weil foi inflexível com as teses de Marx, era inevitável que os bolcheviques também não escapassem de seu foco crítico. Outubro de 1917 parecia uma data marcada a fogo para o movimento operário internacional: supunha a consagração do proletariado como classe elegida pela História para diluir o inveterado conflito entre os explorados e os exploradores, a confirmação das premonições que os inimigos dos trabalhadores tinham qualificado de temerárias e arrebatadas. O que constituía a maior virtude da Revolução Russa era sem dúvida seu caráter de exemplaridade, a enorme estela de emulação que suscitou entre o proletariado internacional.

Porém, a rutilante Revolução Russa apresentava brechas notáveis nos anos trinta, quando as truculências e infâmias dos *Processos de Moscou* não eram ainda de

⁴⁸ *Opus cit.*, p. 52.

⁴⁹ JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 56.

⁵⁰ DUVEAU, Georges. La Resurrección de la Utopía, IN: NEUSÜSS, Arnhelm. *Utopia*. Barcelona: Barral, 1971, p. 198.

domínio público. Haveria que esperar a 1937 para que Ante Cilenga desvelasse alguns horrores, só timidamente denunciados, ou vergonhosamente silenciados, em seu “*Au Pays du Grand Mesonge*”; mas é difícil acreditar que figuras de relevo como Thorez⁵¹ ou Togliatti, entre muitíssimos outros, não soubessem da servidão dos trabalhadores, da submissão dos camponeses, da necessidade de possuir passaportes para deslocar-se livremente pelo interior do país, dos privilégios dos dirigentes, da prática da deportação ou dos campos de concentração, etc. Cilenga não foi o único; junto com ele figuravam nomes de peso como Serge ou Souvarine, quem desde as páginas de *La Critique Social*, da que foi fundador, denunciou as mistificações do regime soviético. Foi precisamente nesta revista, durante o tempo em que colaborou nela, onde Weil teve oportunidade de estabelecer um estreito contato com Souvarine.

A Revolução Russa entrara por direito próprio no Olimpo dos mitos, e como todos os mitos estava forjado de uma mistura de realismo e de lenda e glória pré-fabricada. Mas o mais importante era sua função de mito revolucionário, que consistia em garantir a validade da teoria e em imantar adesões fervorosas entre os trabalhadores. “O mito da Rússia soviética é subversivo em tanto que pode dar ao operário comunista duma fábrica que tem sido demitido pelo capataz o sentimento de que, apesar de tudo, tem por trás dele ao Exército Vermelho e a Magnitogorsk, e permitir-lhe assim conservar sua dignidade”. Esse, e não outro, era também o papel do “mito da revolução historicamente inelutável”, embora de um modo “mais abstrato; quando se é miserável e se está sozinho, já é algo ter de seu lado a história”.⁵²

Não obstante, a primeira necessidade de um espírito crítico era o de se desembaraçar da influencia dos mitos, e neste caso, desmontar as fantasias tecidas sobre a verdadeira natureza do regime soviético. “Na realidade, todas as explicações embaraçadas com as quais os militantes formados pelo bolchevismo tentam se esquivar de reconhecer a falsidade radical das perspectivas colocadas em outubro de 1917, repousam sobre o mesmo preconceito que essas mesmas perspectivas, a saber, sobre a

⁵¹ Thorez, líder perpétuo dos comunistas franceses, se arrogava a potestade de repartir certificados de pureza comunista, reservando-os unicamente para aqueles trabalhadores que fizessem de sua existência uma afirmação de produtividade. Assim, dirigindo-se a uns mineiros em julho de 1945, Thorez lhes explicava que somente tinham um dever: produzir. “*É uma pena que, no nosso bastião comunista, os mineiros não tenham conseguido tomar consciência da enorme responsabilidade que pesa sobre eles [...]. Ela, a consciência, deve estimular um grande esforço pelo gosto do trabalho e encontrar a condição de sua própria liberação. Os mornos e os preguiçosos não serão nunca bons comunistas, bons revolucionários*”. (Cf. DUBOIS, Pierre. *Le Sabotage dans L'industrie*. Paris: Calmann-Lévy, 1976, pp. 114-115). A turma hegeliana não brincava com as coisas da doutrina.

⁵² WEIL, S. *Oppression et Liberte*. Paris: Gallimard, 1955, p. 191.

afirmação, considerada como um dogma, de que não pode haver atualmente senão dois tipos de Estado, o Estado capitalista e o Estado operário”.⁵³

A esse dogma, “o desenvolvimento do regime resultante de Outubro traz o mais brutal desmentido. Estado operário jamais existiu na face da Terra a não ser durante algumas semanas em Paris em 1871, e alguns meses talvez na Rússia em 1917 e 1918”.⁵⁴ Era “o regime político criado espontaneamente pelos operários de Paris em 1871, depois pelos de São Petersburgo em 1905”, o que devia instalar-se

“solidamente na Rússia e cobrir logo a superfície do mundo civilizado. Certamente o esmagamento da Revolução Russa por uma intervenção brutal do imperialismo estrangeiro podia anular essas brilhantes perspectivas; mas exceto por tal esmagamento, Lênin e Trotsky estavam seguros de introduzir na História precisamente essa série de transformações e não outras. Quinze anos se passaram. A Revolução Russa não foi esmagada. Seus inimigos exteriores e interiores foram vencidos. Entretanto, em nenhuma parte da superfície do globo, inclusive o território russo, há *soviets*”.⁵⁵

E não só não havia *soviets*, nem “sindicatos e cooperativas funcionando democraticamente e dirigindo a vida econômica e política”, senão que proliferavam

“organismos portando na verdade os mesmos nomes, mas reduzidos a simples aparelhos administrativos; no lugar do povo armado e organizado em milícias para assegurar por si a defesa do exterior e a ordem no interior, um exército permanente, uma polícia não controlada e cem vezes melhor armada que a do czar; enfim e sobretudo, no lugar dos funcionários eleitos, controlados incessantemente, revogáveis a qualquer momento, que deviam garantir o governo esperando o momento em que ‘cada cozinheira aprenderia a governar o Estado’, uma burocracia permanente, irresponsável, recrutada por cooptação, e possuindo, pela concentração em suas mãos de todos os poderes econômicos e políticos, um poder até então desconhecido na história”.⁵⁶

Na verdade, a novedosa idiosincrasia do regime russo tornava-o difícil de catalogar. Numa conhecida análise, Trotsky insistia em afirmar que “se trata de uma “ditadura do proletariado” de um “Estado operário”, embora com “deformações

⁵³ WEIL, S. Perspectives. Allons-Nous vers la Révolution Proletarienne, IN: *Œuvres*. Paris: Gallimard, 1999, p. 256.

⁵⁴ *Opus cit.*

⁵⁵ *Opus cit.*, p. 253.

⁵⁶ WEIL, S. Perspectives. Allons-Nous vers la Révolution Proletarienne, IN: *Œuvres*. Paris: Gallimard, 1999, p. 254.

burocráticas”, e que, concernido à necessidade, para um tal regime, de estender-se ou perecer, Lênin e ele não se enganaram senão nos prazos.” Mas a confusão de Trotsky radicava na sua cegueira no referente ao fato de que quando um erro “de quantidade atinge tais proporções, é possível acreditar que se trata de um erro referente à qualidade, ou, em outras palavras, à própria natureza do regime cujas condições de existência se quer definir”.⁵⁷

Além disso, Weil descartava a tese da degeneração progressiva do Estado soviético, ou seja, que a chegada ao poder de Stalin tivesse provocado um golpe de leme no rumo soviético. As causas da opressão operária estavam intactas nas primeiras formulações de Lênin e Trotsky e o ulterior desenvolvimento dos acontecimentos só reforçou essa tendência principal.

“A Constituição soviética teve idêntica sorte que a Constituição de 1793; Lênin abandonou suas doutrinas democráticas para estabelecer o despotismo de um aparelho de Estado centralizado, igual que Robespierre, e foi de fato o precursor de Stalin, como Robespierre o foi de Bonaparte. A diferença é que Lênin, que, por outra parte, tinha preparado desde tempo atrás essa dominação do aparelho de Estado forjando um partido fortemente centralizado, deformou mais tarde suas próprias doutrinas para adaptá-las às necessidades do momento; assim não foi guilhotinado e serviu de ídolo a uma nova religião de Estado”.⁵⁸

Não cabia, portanto, falar em “deformações”, já que uma deformação implica um princípio de retidão ou pureza.

“Chamar um Estado de ‘Estado operário’ quando por isso se explica que cada operário nele está incluído, econômica e politicamente, completamente à mercê de uma casta burocrática, isso parece piada de mau gosto. Quanto às ‘deformações’, esse termo – singularmente mal escolhido concernindo a um Estado do qual todas as características são exatamente opostas daquelas que comporta teoricamente um Estado operário – parece implicar que o regime stalinista seria uma espécie de anomalia ou de doença da Revolução Russa”.⁵⁹

⁵⁷ *Opus cit.*

⁵⁸ *Opus cit.*, p. 236.

⁵⁹ *Opus cit.*, p. 254. A mesma opinião foi exprimida por Orwell, quem em mais de uma ocasião coincidiu com Weil: “O que de fato ocorreu, na Rússia, foi a tomada do poder por um pequeno grupo de revolucionários profissionais destituídos de classe, que alegava representar o homem comum, mas que não foi por ele escolhido, nem atende genuinamente a seus interesses. Do ponto de vista de Lênin, isso era inevitável. Ele e seu grupo tinham de ficar no comando, uma vez que apenas eles eram os verdadeiros herdeiros da doutrina marxista, e era óbvio que não permaneceriam no poder democraticamente. A ‘ditadura do proletariado’ só poderia ser uma ditadura de um punhado de intelectuais, reinando por meio do terrorismo [...] Naquela posição, os comunistas russos transformaram-se necessariamente numa casta governante permanente ou

Em consequência, “a visão segundo a qual o regime stalinista constituiria uma simples transição, seja para o socialismo, seja para o capitalismo, parece igualmente arbitrária. A opressão dos operários não é evidentemente uma etapa para o socialismo”.⁶⁰

A análise de Trotsky segundo a qual o capitalismo estava entrando, após 1914, num processo de decadência, era tão inapropriada quanto ilusória. O que Trotsky nunca teve tempo de dizer é o “que entende exatamente por isso nem sobre que fundamenta sua análise. E ninguém, que eu saiba, foi além. Quem admitir que a fórmula de Lênin ‘sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário’, está obrigado a admitir também que apenas há algo de movimento revolucionário neste momento”.⁶¹

O histórico entusiasmo com o que o governo bolchevique era saudado pelos partidos comunistas e muito intelectuais “companheiros de viagem” como a “pátria dos trabalhadores”, não podia para Simone Weil senão transparecer a néscia e calamitosa influência das doutrinas políticas, que impedia examinar os problemas por si mesmos; era uma prova irrefutável do sepultamento de todo sentido crítico. Após a II Guerra Mundial, algumas correntes marxistas, como os bordiguistas e alguns trotskistas, sustentaram a simétrica natureza dos regimes capitalista e soviético, o que não só demonstrava um dogmatismo arrepiante, mas também um exame pouco cabal da realidade. Simone Weil descartou muito antes estas estereis disputas; para ela, o “sistema capitalista e mesmo o regime feudal, que pela desordem que comportava, permitia aqui e ali a indivíduos e a coletividades que desenvolvessem de maneira independente, sem falar desse feliz regime grego em que os escravos eram pelo menos usados para alimentar homens livres, todas essas formas de opressão aparecem como

*numa oligarquia, recrutada não pelo nascimento, mas por adoção. Uma vez que não podiam arriscar o crescimento da oposição, não podiam permitir a crítica genuína e, uma vez que a silenciavam, frequentemente cometiam erros evitáveis; então, por não poderem admitir que aqueles erros eram seus, tinham que arranjar bodes expiatórios, às vezes em enorme escala”. (ORWELL, George. *Literatura e Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 100). Anos mais tarde, Clastres esboçaria uma crítica concreta do Estado soviético que se aproximava muito da formulada por Weil: “O que fez a revolução de 1917? Ela suprimiu as relações de classe, os exploradores, os burgueses, os grandes proprietários, a aristocracia e o aparelho de Estado que funcionava com tudo o que era a monarquia, e restou apenas uma sociedade da qual se poderia dizer que não era mais dividida, pois um dos terrenos da divisão fora eliminado; restou uma sociedade não dividida e acima dela uma máquina estatal (com o apoio do Partido) que detinha o poder em benefício do povo trabalhador, dos operários e dos camponeses”. (CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: COSACNAIFY, 2008, p. 238).*

⁶⁰ WEIL, S. Perspectives. Allons-Nous vers la Révolution Proletarienne, IN: *Œuvres*. Paris: Gallimard, 1999, p. 255.

⁶¹ WEIL, S. Reflexiones referentes a la Tecnocracia, el Nacionalsocialismo, la URSS y otros puntos, IN: *Escritos Históricos y Políticos*. Madrid: Trotta, 2007, p. 71.

formas de vida livre e feliz diante de um sistema (soviético) que anula metodicamente toda iniciativa, toda cultura, todo pensamento”.⁶²

Em todo caso, assumindo como válidos os mesmo processos produtivos, era inevitável que entre ambos os regimes se observassem analogias. Por cima de programas políticos, a indústria impunha sua lei. “O rápido equipamento industrial dos países novos, comenta Weil, tal e como aconteceu na América ou na Rússia, produz câmbios sobre câmbios a um ritmo tão alegre que propõe a todos, quase dia a dia, coisas novas que esperar e que desejar”; e esse dinamismo surgido das mudanças permanentes atuou como um dos principais estímulos do regime russo. “Esta febre de construção foi o grande instrumento de sedução do comunismo russo por efeito de uma coincidência que se referia ao estado econômico do país e não à revolução nem à doutrina marxista. Quando se elaboram metafísicas a base destas situações excepcionais, passageiras e breves, como o fizeram os americanos e os russos, tais metafísicas são mentirosas”.⁶³

Mas a realidade a pé de fábrica estava despojada da épica dos grandes discursos. Atados a um regime inflexível de disciplina fabril, os trabalhadores eram cominados, pela persuasão ou pela mais crua violência, a pulverizar os registros produtivos anteriores. Efetivamente, os efeitos, físicos e psíquicos, sobre os trabalhadores eram muito desagradáveis, mas, podiam os bolcheviques desautorizar o curso da História, determinada a entregar as chaves do seu palácio à classe operária? Não constituía o sacrifício do rebanho um ato de acatamento dos desejos das divindades que governavam o processo histórico? Que era aquela procissão de horrores senão um momento necessário do Progresso? Não era uma consequência natural das lunáticas teses dos mestres fundadores sobre o desenvolvimento das forças produtivas e o evolucionismo progressivo? Papaioannou ilustra exemplarmente esta convicção.

“Levado por sua visão da escravidão como ‘momento’ necessário na corrente do progresso, Engels nega qualquer possibilidade de acidente, de repetição inútil, de regressão: ‘Sem escravidão não teria existido o Estado grego, a arte e a ciência gregas; sem escravidão não teria existido o Império Romano. Ora, sem a base do helenismo e do Império Romano não teria existido a Europa moderna... Neste sentido temos direito a dizer: sem escravidão antiga, não teria existido socialismo moderno’”.⁶⁴

⁶² WEIL, S. Perspectives. Allons-Nous vers la Révolution Proletarienne, IN: *Œuvres*. Paris: Gallimard, 1999, p. 265.

⁶³ WEIL, S. Condition Première d’un Travail non Servile, IN: *La Condition Ouvrière*. Paris: Gallimard: 1951, p. 264.

⁶⁴ PAPAIOANNOU, Kostas. *La Consagración da la Historia*. México: FCE, 1989, pp. 195-196.

Se o socialismo devia glosar o escravismo antigo e considerá-lo um passo necessário, como poderia renunciar a transitar, com orgulho e sacrifício, por um último patamar antes da sonhada redenção socialista?

“Esse passo será dado por Plejánov, o ‘padre do marxismo russo’, quando se proponha demonstrar que os próprios escravos de maneira alguma encontravam injusta sua sorte, mas já praticavam a união dialética da liberdade e a necessidade na inteligência do caráter ‘progressivo’ do Estado escravista: ‘Entre os negros – diz -, os escravos consideram que evadir-se é cometer uma ação infamante e contrária ao honor e relação ao amo que pagou por eles. A isto temos que agregar que os mesmos escravos consideram sua situação como mais honorável que um trabalhador assalariado. Essa forma de ver corresponde a esta fase da sociedade em que o escravismo continua sendo um fator de progresso’”.⁶⁵

Voilà! Eis aí o progresso se manifestando e prometendo a glória futura por meio da escravidão episódica. Trotsky traduzirá em 1920, num discurso pronunciado no seio do III Congresso dos Sindicatos Russos, as últimas vontades da “astúcia da razão”, justificando o novo regime draconiano de trabalho em virtude dos imperativos do socialismo. Como poderiam os bolcheviques macular a fausta memória dos ‘honoráveis’ escravos de outros tempos?

“Decretamos o trabalho obrigatório porque é a base de todo socialismo. Trabalho obrigatório significa que cada operário tem que render um determinado esforço, assinalado pelas autoridades locais e que estes esforços se regularão segundo um plano único aplicável a todo o país e a todas as classes operárias (sic) e distinto do processo espontâneo determinado pelas condições da oferta-procura. Esta concepção do trabalho formou sempre parte do programa do socialista. Sob o novo regime social e por um certo tempo, todo operário é um soldado do exército do trabalho e tem que obedecer ao Governo que impera sobre ele. Dizem que o trabalho obrigatório não será produtivo. Se assim fosse o socialismo está condenado a sua ruína porque não tem mais caminho que um repartido autoritário das tarefas segundo um plano geral dirigido desde um centro único. Se admitirmos isto, devemos reconhecer ao Estado o direito de mandar a cada operário lá onde for preciso. E temos que reconhecer também o direito do Estado a castigar a todo aquele que se recusa obedecer a quem manda, que não quer submeter sua vontade à vontade do proletariado, a seu plano econômico”⁶⁶

⁶⁵ *Opus cit.*, p. 196.

⁶⁶ Cf. TÖNNIES, Ferdinand. *Desarrollo de la Cuestión Social*. Barcelona: Labor, 1927, p. 169.

E Trotsky não brincava com as palavras: “Não fiando tudo à convicção castigou-se com pena de redução da porção de viveres aos que não acatassem esta disposição, e as greves foram duramente reprimidas. Assim, certa greve de tipógrafos em São Petersburgo terminou lavando os grevistas a campos de concentração e condenando-os a trabalhos forçados”,⁶⁷ o que, a julgar pelo discurso anterior não parecia senão uma redundância. Esse também era um passo necessário para a conquista do socialismo? Não haverá outra coisa que “astúcia oculta sob o jargão do progresso?”⁶⁸ como se perguntava Fourier bastantes anos antes.

Weil não desconhecia que reinava “uma extraordinária atmosfera de desconfiança e de suspeita. Existe um cerimonial singular: aos que saem e não retornam e aos que se ausentam sem autorização, são condenados à infâmia escrevendo seu nome num quadro de uma oficina (costume russo), e depois penduram sua efígie e organizam em seu honor um enterro burlesco”.⁶⁹

Obviamente não se agitava o fantasma de uma revolução para propósitos tão brutais. A disciplina nas fábricas e seu cortejo de coação e autoridade, insistia Simone Weil, são

“características do sistema: constituem seu caráter essencial, são o objeto para o qual foi inventado, já que Taylor realizou basicamente suas pesquisas para destruir a resistência de seus operários. Ao impor tais ou quais movimentos em tantos segundos, ou tais outros em tantos minutos, é evidente que ninguém tem mais poder de resistência. É por isso pelo que Taylor foi o mais duro e pelo que interessou aos inimigos do movimento operário, máxime quando sua ‘descoberta’ permitia destruir o poder dos sindicatos nas fábricas”.⁷⁰

E ainda era mais cáustica: “Uma burocracia de Estado, no país que governa, pode realizar, empregando por um lado a coação, valendo-se por outra parte do maravilhoso impulso proporcionado pela Revolução de outubro, progressos industriais muito superiores aos que pode conseguir a burocracia das sociedades anônimas dos

⁶⁷ Cf. *opus cit.*, p. 170.

⁶⁸ FOURIER, C. *La Fausse Industrie morcelée, répugnante, véridique, répugnante, mesongère et l'antodote, L'Industrie Naturelle, combinée, attrayante, véridique, donnant quadruple produit.* Paris: l'Autor, 1835, p. 27.

⁶⁹ WEIL, Simone. *Lettres a Auguste Detoeuf*, IN: *La Condition Ouvrière*. Paris: Gallimard: 1951, p. 185.

⁷⁰ WEIL, Simone. *La Rationalisation*, IN: *La Condition Ouvrière*. Paris: Gallimard: 1951, p. 230.

países capitalistas, onde a economia é anárquica e não existe nenhum impulso. O que uma burocracia não pode fazer é a revolução”.⁷¹

Suprema manifestação do esmagamento do ser humano pelo sistema, para Weil os métodos de racionalização do trabalho não admitiam reforma, nem deviam ser contemplados em nenhuma circunstância. O “pior atentado [...] é o atentado contra a atenção dos trabalhadores. Mata na alma a faculdade que constitui a raiz mesma de toda vocação sobrenatural. A baixa forma de atenção que exige o trabalho taylorizado não é compatível com nenhuma outra forma de atenção, porque vazia a alma de tudo o que não for desejo de velocidade. Este gênero de trabalho não pode ser transfigurado, e é preciso suprimi-lo”.⁷²

Isto deixava fora de combate para Weil os balbucios sobre o suposto duplo uso da técnica. De forma análoga a Durkheim, pensava que as máquinas não possuíam uma existência própria e desvinculada do resto de invenções mecânicas; pelo contrário, os sistemas técnicos caracterizavam-se por avanços incessantes predeterminados pelo contexto técnico geral e que, por sua vez, prefiguravam sucessivos avanços. Isso não só anulava o argumento do “duplo uso” das máquinas (não existem usos não capitalistas da técnica capitalista); além disso, Durkheim afirmava que era próprio da natureza de uma força desenvolver toda sua energia até os limites permitidos pelo estado da técnica num momento dado.⁷³

Por outro lado, a tendência bolchevique, e em geral do universo marxista, à criação de um centro reitor da produção constituía, mais do que uma orientação política, um imperativo. Não tinha Trotsky um excelente antecessor na figura de Engels, quem reconhecia que “a autoridade e a autonomia são coisas relativas, cujos âmbitos variam nas diferentes fases do desenvolvimento social”? E não que advertia que “uma certa autoridade, como quer que seja delegada, e, por outro lado, uma certa subordinação, são coisas que se nos impõem com as condições materiais em que produzimos e em que fazemos circular os produtos, independentemente de qualquer organização social”?⁷⁴ Em consequência, que classe de pensamento libertador podiam engendrar aberrações semânticas como “ditadura democrática revolucionária” (Lênin)? Como alguém poderia

⁷¹ WEIL, Simone. Condiciones de una revolución alemana. ¿Y Ahora?, de León Trotsky, IN: Escritos Históricos y Políticos. Madrid: Trotta, 2007, p. 402.

⁷² WEIL, S. Condition Première d’un Travail non Servile, IN: *La Condition Ouvrière*. Paris: Gallimard: 1951, p. 272.

⁷³ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 265.

⁷⁴ ENGELS, F. Da Autoridade, IN: MARX; ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Moscovo – Lisboa: Edições Progresso – Edições “Avante”, 1983, p. 409.

supor nestes teóricos algo parecido a um “prazer pelos limites” (Chesterton)? Ninguém cogitou a possibilidade, bem real, de acabar, como insistia o inglês, “por parecer àquilo que combatemos”? Ou, em palavras de Tawney, não tendiam as revoluções a “tomar a cor do regime que derrubam”?⁷⁵ E não teria tido Marx motivos para atribuir a Trotsky em lugar de Ure, e com toda justiça, o epíteto de “Píndaro da indústria”, no caso de tê-lo conhecido?

Weil concluía, com um ar entre melancólico e resignado: “Somente pensar que os grandes (sic) hierarcas bolcheviques pretendiam criar uma classe operária *livre*, e que nenhum deles – Trotsky com certeza não, Lênin acho que também não – tinha posto os pés numa fábrica e, por conseguinte, não tinham a menor ideia das condições reais que determinam a escravidão ou a liberdade para os operários, a política me parece uma sinistra palhaçada”.⁷⁶

Em definitivo, resultava absurdo apelar às verdadeiras intenções dos bolcheviques. O papel aguenta tudo e as teorias sobrevoam um domínio em que estão excluídos os imponderáveis, as ações improváveis, o livre jogo das casualidades, o magma de paixões em perpetua atividade, e, em última *ratio*, pressupõem uma natureza humana previsível e perfeitamente ajustada às pautas doutrinárias. De acordo com a teoria, o partido bolchevique de Lênin devia propiciar o desaparecimento progressivo do Estado e a instauração do “regime mais democrático que jamais se tinha visto sobre a terra; só esqueceu-se de se perguntar se esse partido, por seu mesmo funcionamento, conduziria a esse regime. Os revolucionários de 1792 fizeram a guerra para propagar a Revolução; tinham esquecido de se perguntar se a guerra, por seu próprio curso natural, não aniquilaria a Revolução.”⁷⁷ Desta perspectiva, concluía Weil, é muito fácil para alguns falar em traição com a imperturbabilidade de um faquir, e permanecer cegos perante as verdadeiras raízes do problema.⁷⁸

Em resumo, a Revolução Russa, “graças a um singular concurso de circunstâncias, pareceu fazer surgir alguma coisa inteiramente nova; mas a verdade é

⁷⁵TAWNEY, R. H. *La Sociedad Adquisitiva*. Madrid: Alianza, 1972, p. 32.

⁷⁶WEIL, Simone. Trois Lettres a Madame Albertine Thévenon, IN: *La Condition Ouvrière*. Paris: Gallimard: 1951, p. 16. Nos anos 20 na União Soviética abriu-se um debate entre Trotsky e Tomsky sobre a organização da produção no país e o papel do sindicalismo. Em relação à acusação de Weil, resulta curioso que o segundo propusesse que todos os membros da cúpula do partido Comunista entrassem a trabalhar com a categoria de operários pelo menos três meses por ano. A proposta não prosperou. Ver, BENDIX, R. *Trabajo y Autoridad en la Industria*. Buenos Aires: Eudeba, 1966, pp. 202-203.

⁷⁷WEIL, S. A propósito del sindicalismo “único, apolítico, obligatorio”, IN: *La Condición Obrera*. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2010, p. 224.

⁷⁸*Opus cit.*, p. 230.

que os privilégios suprimidos por ela há muito tempo não tinham nenhuma base social além da tradição”, e as instituições que tinham surgido ao longo da insurreição tiveram uma vida tão efêmera que muitas delas apenas tiveram uma duração exígua. As verdadeiras forças motrizes da opressão, ou seja, “a grande indústria, a polícia, o exército, a burocracia, longe de terem sido destruídas pela revolução, chegaram graças a ela a um poder desconhecido em outros países”. Em termos gerais, essa inversão de forças repentina que chamamos comumente de revolução, não só é um fenômeno anômalo e desconhecido na História; “é ainda, se olharmos de perto, alguma coisa inconcebível, para sermos exatos, pois seria uma vitória da fraqueza sobre a força, o equivalente a uma balança cujo prato menos pesado se abaixasse”.⁷⁹

Em vista do anterior, é compreensível que a lucidez amarga de Weil não gozasse de grande popularidade entre a classe operária, disposta a assaltar os céus sem ter abolido antes as causas de suas desgraças na Terra.

Referências bibliográficas

- WEIL, Simone. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Ecléa Bosi (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. A Gravidade e a Graça. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. Aulas de Filosofia. São Paulo: Papyrus, 2002.
- _____. Cahiers. Vol. VII. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. Escritos Históricos y Políticos. Madrid: Trotta, 2007.
- _____. Écrits Historiques et Politiques. Paris: Gallimard, 1960.
- _____. Escritos de Londres y Últimas cartas. Madrid: Trotta, 2000.
- _____. La Condition Ouvrière. Paris: Gallimard: 1951 .
- _____. La Condición Obrera. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2010.
- _____. La Fuente Griega. Buenos Aires: E. Sudamericana, 1961.
- _____. L'enracinement. Paris: Gallimard, 1949.
- _____. Reflexiones sobre las causas de la Libertad y de la Opresión Social. Barcelona: Paidós, 1995.
- _____. Sobre la Ciencia. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2006.
- _____. OEuvres. Paris: Gallimard, 1999.
- _____. Oppression et Liberte. Paris: Gallimard, 1955.

Bibliografia Geral

- ADORNO, Theodor W. Prismas. Crítica Cultural e Sociedade. São Paulo: Ática, 1998.
- ARENDT, H. La Tradición Oculta. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- _____. De la historia a la acción. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- BOSI, Alfredo. Ideologia e Contra ideologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁷⁹ WEIL, S. Réflexions sur les Causes de al Liberté et de l'Oppression Sociale, IN: *Oppression et Liberte*. Paris: Gallimard, 1955, p. 106.

- CHÂTELET, François; PISIER-KOUCHNER, E.; VINCENT, J. M. Los Marxistas y la Política. La Metamorfosis de la Revolución. Vol. I. Madrid: Taurus, 1977.
- CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. São Paulo: COSACNAIFY, 2008.
- CONGRÉS MARX INTERNATIONAL. Cent ans de marxisme. Bilan critique et prospectives. Paris: PUF, 1996.
- COTTRELL, Fred. Energy and Society. MacGrawhill, 1955 .
- DUBOIS, Pierre. Le Sabotage dans L'industrie. Paris: Calmann-Lévy, 1976.
- FOURIER, C. La Fausse Industrie morcelée, répugnante, véridique, répugnante, mesongère et l'antodote, L'Industrie Naturelle, combinée, attrayante, véridique, donnant quadruple produit. Paris: l'Autor, 1835.
- GOETHE, J. W. Fausto. Garnier: Paris/Rio, 1920.
- JONAS, Hans. O Princípio Responsabilidade. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, F. Obras Escolhidas. Vol. I. Mocovo/Lisboa: Progresso/"Avante", 1982.
- _____. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- NEUSÜSS, Arnhelm. Utopia. Barcelona: Barral, 1971.
- ORWELL, George. Literatura e Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- PAPAIOANNOU, Kostas. La Consagración da la Historia. México: FCE, 1989.
- PLEKHANOFF, Georges. Anarchism et Socialisme. Paris: Galeries de l'Odéon, 1896-1897.
- TÖNNIES, Ferdinand. Desarrollo de la Cuestión Social. Barcelona: Labor, 1927.
- TROTSKY, León. La Revolución Traicionada. Barcelona: Fontamara, 1977.
- WEBER, Max. Economía y Sociedad. II Vols. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.